



<https://doi.org/10.5335/3zjez621>

Entre a eugenia e o higienismo: a psiquiatria no Brasil na primeira metade do século XX

Entre la eugenesia y el higienismo: la psiquiatría en Brasil en la primera mitad del siglo XX

Between eugenics and hygienism: psychiatry in Brazil in the first half of the 20th century

RONIVALDO DE OLIVEIRA REGO SANTOS¹  

Resumo:

Trata-se de analisar as relações entre eugenia e higienismo no Brasil e como a psiquiatria brasileira se constituiu no interior dessa relação. Nossa hipótese é que há um vínculo comum, atravessado pela noção de higiene mental. Seria preciso, portanto, tentar combater as supostas formas de degeneração física e mental nos diversos níveis. Metodologicamente, partimos da análise dos conceitos de eugenia e higienismo e como eles se confundiram, em especial no campo psiquiátrico, com o desenvolvimento da noção de higiene mental. Além da análise de artigos e ensaios publicados nos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, periódico da Liga Brasileira de Higiene Mental, bem como o estatuto dessa entidade, também utilizamos autores que já estudaram tanto a eugenia como a sua relação com a psiquiatria e com o higienismo: Costa (2007), Reis (2003), Boarini (2003), Diwan (2007), Stepan (2005), Stern (2016) entre outros nacionais e também internacionais. Finalmente, observa-se que embora se possa ter tido uma flexibilização conceitual e prática, foi justamente nessa encruzilhada que a psiquiatria se tornou ainda mais forte no seu processo de institucionalização como saber médico.

Palavras-chave: Eugenia. Higienismo. Psiquiatria.

Resumen:

Este estudio analiza la relación entre la eugenesia y el higienismo en Brasil, y cómo se constituyó la psiquiatría brasileña dentro de esta relación. Nuestra hipótesis es que existe un vínculo común, atravesado por la noción de higiene mental. Por lo tanto, sería necesario combatir las supuestas formas de degeneración física y mental en diversos niveles. Metodológicamente, partimos del análisis de los conceptos de eugenesia e higienismo y cómo se confundieron, especialmente en el ámbito psiquiátrico, con el desarrollo de la noción de higiene mental. Además del análisis de artículos y ensayos publicados en los *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, revista de la Liga Brasileira de Higiene Mental, así como de los estatutos de esta entidad, también recurrimos a autores que ya han estudiado la eugenesia y su relación con la psiquiatría y el higienismo: Costa (2007), Reis (2003), Boarini (2003), Diwan (2007), Stepan (2005), Stern (2016), entre otros autores nacionales e internacionales. Finalmente, se observa que, si bien pudo haber existido cierta flexibilidad conceptual y práctica, fue precisamente en esta encrucijada donde la psiquiatría se fortaleció aún más en su proceso de institucionalización como disciplina médica.

Palabras clave: Eugenesia. Higienismo. Psiquiatría.

¹ Doutor em História (2025), pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – GO). Especialista em Ensino de Filosofia pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Graduado em Pedagogia e graduando em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG – Campos Belos). Docente da UEG – Unidade Campos Belos. Professor da SEDUC – Go.

Abstract:

This study analyzes the relationship between eugenics and hygienism in Brazil and how Brazilian psychiatry was constituted within this relationship. Our hypothesis is that there is a common link, traversed by the notion of mental hygiene. It would therefore be necessary to try to combat the supposed forms of physical and mental degeneration at various levels. Methodologically, we start from the analysis of the concepts of eugenics and hygienism and how they became confused, especially in the psychiatric field, with the development of the notion of mental hygiene. In addition to the analysis of articles and essays published in the *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, a journal of the Liga Brasileira de Higiene Mental, as well as the statute of this entity, we also used authors who have already studied both eugenics and its relationship with psychiatry and hygienism: Costa (2007), Reis (2003), Boarini (2003), Diwan (2007), Stepan (2005), Stern (2016), among other national and international authors. Finally, it is observed that although there may have been a conceptual and practical flexibility, it was precisely at this crossroads that psychiatry became even stronger in its process of institutionalization as a medical discipline.

Keywords: Eugenics. Hygienism. Psychiatry.

Considerações iniciaisⁱ

As décadas iniciais do século XX, no Brasil, são marcadas por inúmeras transformações em muitos campos da sociedade. Impulsionados pelos vultos do progresso, pelas pulsões modernizantes e modernizadoras, representadas entre outras, por expedições de desbravamento do Brasil, como a *Comissão Cruls*ⁱⁱ ainda no século XIX até a ação mais famosa, conhecida como *Marcha para o Oeste*ⁱⁱⁱ. O desejo de um suposto melhoramento da raça brasileira, que se encontrava, segundos os discursos eugenista e médico do período, em situação de decadência. Essas posições eram, inicialmente, em defesa do embranquecimento da raça, por meio do intenso movimento imigratório de europeus para o Brasil, posteriormente o foco se deslocou para as questões sanitárias.

No contexto dos desdobramentos sanitários e civilizatórios, atravessa o Brasil um conjunto de discursos ambíguos. Um primeiro grupo vê na raça um problema, enquanto o segundo grupo argumenta que não sendo uma questão da raça que precisaria ser embranquecida, essa população deveria ter acesso às tecnologias civilizatórias. Já no governo Vargas há um número significativo de legislações que estavam situadas em um contexto que tanto os médicos quanto políticos, cientistas e mesmo literatos eram signatários. Esse ideário se configurou como sendo uma mola propulsora das políticas e ações públicas.

Diante desse contexto, a hipótese deste trabalho é que há um vínculo comum entre o higienismo e a eugenia, cuja característica é o atravessamento das supostas degenerações que poderiam levar ao chamado adoecimento mental, que por sua vez necessitaria de um programa de higiene mental, sob responsabilidade da psiquiatria. Seria preciso, portanto, tentar combater as supostas formas de degeneração física e mental nos diversos níveis. Mas, especialmente,

seria preciso encontrar os meios para se produzir sistematicamente a higienização mental da sociedade, por meio, por exemplo, do impedimento de certos grupos de se reproduzirem.

Metodologicamente, partimos de uma análise documental, uma vez que os arquivos problematizados além de trazerem análises, trazem também uma série de documentos fundamentais para a compreensão do lugar da eugenia no debate psiquiátrico brasileiro, na primeira década do século XX. Nesse sentido, nossa análise se baseia na análise de documentos e ensaios publicados nos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, periódico da Liga Brasileira de Higiene Mental, com a finalidade de compreender como os conceitos de eugenia e higienismo se confundiram, em especial no campo psiquiátrico, com o desenvolvimento da noção de higiene mental. Também se analisa o estatuto dessa entidade, publicado no mesmo periódico. Portanto, são utilizados autores que já estudaram tanto a eugenia como a sua relação com a psiquiatria e com o higienismo: Costa (2007), Reis (2003), Boarini (2003), Diwan (2007), Stepan (2005), Stern (2016) entre outros nacionais e internacionais.

Essa análise é guiada fundamentalmente por uma perspectiva arqueo-genealógica, procedimento foucaultiano que tem como premissa identificar os acontecimentos fundamentais que estruturam as relações de poder em um determinado campo. Ao mesmo tempo, também é realizada uma análise articulada com base na chamada história das ideias, em especial a partir do discurso psiquiátrico e dos discursos e movimentos ideológico-político eugenista, em sua relação com o higienismo.

A relação entre a psiquiatria, o higienismo e a eugenia mostrou-se como um elemento indissociável, levando o ideário degeneracionista que já se manifestava na psiquiatria do século XIX, a se tornar, a partir da eugenia, um elemento basilar para a continuidade das práticas psiquiátricas no Brasil. Trata-se de analisar o contexto que possibilitou a consolidação de um ideário psiquiátrico totalmente novo e moderno no Brasil. Deve-se observar que foi nesse período que foram construídas uma gama de instituições pelo SNDM – Serviço Nacional de Doenças Mentais.

Este trabalho problematiza os caminhos da consolidação do campo psiquiátrico que não se desvincula da eugenia e do higienismo e que teve na noção de higiene mental e nas instituições psiquiátricas (asilares e manicomiais) uma marca estrutural, política e cultural basilar para o poder-saber psiquiátrico, como sendo um dispositivo capaz de organizar, limpar e higienizar a sociedade.

Eugenia e higienismo no Brasil

Tal como se apresenta aqui, a eugenia é, como formulado por Foucault, em *História da sexualidade I*, uma estratégia biopolítica e um dos mecanismos para exercer o poder de biorregulação da vida, juntamente com a psiquiatria. O fio para essa relação é uma pretensa preocupação com a degenerescência. Entre essas supostas situações de degeneração se encontra o medo dos degenerados mentais.

Daí o projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências; o sexo e sua fecundidade devem ser administrados. A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes invenções da segunda metade do século XIX (Foucault, 2014, p. 128).

Na sequência do texto ele destaca que esse processo de administração política e biológica está relacionado ao “[...] conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência [que] constituiu o núcleo sólido das novas tecnologias do sexo” (Foucault, 2014, p. 112) que, por sua vez, está muito atrelado a psiquiatria. Daí decorre uma série de outras preocupações que estão ligadas à genealogia e a descendência. Essa nova série de coisas desemboca sistematicamente na questão da raça, do biológico, da espécie, da população, da degenerescência.

Sobre a questão da eugenia nesse sentido, Stern (2016) argumenta que não se pode ser iludido pelo uso ou não palavra eugenia, uma vez que ela pode encobrir o verdadeiro significado das práticas, dos projetos. Nesse sentido, não necessariamente um projeto eugenista vai utilizar o termo, mas, ele se revestirá da linguagem do momento e com o mesmo sentido de melhoramento da raça, melhoramento do homem, melhoria da população entre outras formas. “Eugenia é uma palavra ilusória. Ela teve conotações divergentes e galvanizou projetos díspares pelo mundo. [...] a transformação da eugenia com o tempo fez-se imperativo se definir no contexto, não absolutamente em termos. Contudo, isso não implica uma falta de precisão” (Stern, 2016, p. 10).

Essa precisão, que suprime lacunas e que está na base das discussões e práticas nos diferentes lugares, segundo Stern (2016), reside justamente na definição tanto de Galton, para quem a eugenia estaria ligada melhoria das qualidades inatas da raça e a gestão das influências, quanto de Charles Davenport, que sintetizou a noção de eugenia como sendo uma espécie de

melhoramento, aprimoramento da espécie humana a partir de sua melhor criação. Isso coloca, segundo a interpretação de Stern (2016), todo tipo de anormalidade, de desvio e pobreza como sendo foco das práticas eugênicas.

A eugenia teve seu desenvolvimento na Inglaterra, no final do século XIX, a partir da teoria de Francis Galton. Contudo, sua conceituação só será levada à cabo primeiramente nos Estados Unidos, no contexto do fechamento das fronteiras e da exploração e segregação dos negros. Outro aspecto que será decisivo para os teóricos eugenistas é a redescoberta das leis de Mendel, no início do século XX, que serão utilizadas para justificar as questões hereditárias nos seres humanos. As principais versões da eugenia foram a chamadas: negativa, de matriz mendeliana e a chamada eugenia positiva, neolamarckista^{iv}. Em ambos os casos, não obstante as diferenças dos caminhos, a eugenia teria como foco o combate às formas de degeneração das pessoas via mecanismos hereditários.

A teoria da degenerescência foi a principal teoria cooptada pelos eugenistas com a finalidade de justificar as tomadas de decisão e defesa das principais práticas que deveriam ser efetivadas para a chamada purificação da raça. Quais seriam essas práticas? Para os mais radicais, os eugenistas negativos, deveriam ocorrer: controle de natalidade, exame pré-nupcial, encerramento dos ditos degenerados, anormais, loucos, delinquentes, ou em outros casos, a esterilização ou mesmo a morte dessas pessoas, as quais, segundos esses eugenistas, não poderiam procriar, dada que a sua suposta degeneração seria passada por herança genética; para os eugenistas ditos positivos, a questão centrava-se na formulação de espaços mais salutar; uma educação eugênica com base na higiene mental e na compleição física; também seriam incentivadas as práticas individuais de higiene, além de ser muito comum a propaganda eugênica em busca de “melhor herança” a ser transmitida (Souza, 2019; Diwan, 2007, 2020; Stepan, 2004, 2005). Como argumenta Goés (2024, p. 77): “[...] a eugenia teve grande receptividade na Europa e na América [...] sendo compartilhada nos círculos intelectuais, a produção de biólogos eugenistas era justificada como uma busca de caminhos para coibir a ‘degenerescência humana’ e melhorar a espécie”.

No caso dos Estados Unidos a principal vertente foi a eugenia negativa, inclusive, tendo sido construído um dos maiores laboratórios de pesquisa eugênica do mundo, o *Cold Spring Harbor* (cf. Diwan, 2020; Souza, 2019). Na Europa, o caso mais conhecido é o Estado nazista, que assassinou milhões de pessoas em nome desse projeto de purificação da raça. Mais sofisticado, embora, não menos violento, ocorreu nos países escandinavos, nos quais a questão

racial não era sequer uma questão, dado que pessoas de outros países não tinham acesso fácil a esses países^v.

Introduzida no Brasil a partir de 1910, especialmente no contexto de sua inserção nas campanhas de saneamento, a eugenia foi vista não só com entusiasmo, mas, também como uma forma de modernização do projeto de saneamento do Brasil (Stepan, 2004; 2005)^{vi}. Sendo assim, a eugenia, no Brasil, em determinados momentos se confundiu tanto com o sanitarismo quanto com o higienismo, que em alguma medida também eram e são ainda confundidos. Pode-se dizer, *grosso modo*, que o sanitarismo foi um movimento de cunho coletivo, que tem no desenvolvimento de políticas públicas globais, o caminho para a superação das doenças de um território.

Para pensar o caso brasileiro, Lima e Hochman (1996, p. 23) destacam que, como o Brasil era considerado um país doente, nas primeiras décadas do século XX, os sanitaristas, ou melhor, o movimento de saneamento do Brasil, entendia que “[...] a redenção nacional demandava ações centralizadas, nacionais e tecnicamente autônomas [...]”, legitimando assim o papel do Estado nas estratégias em torno da saúde pública. O higienismo, por sua vez, está relacionado mais ao incentivo de práticas de higiene individuais, familiares, remete-se no âmbito global ao século XVIII, que, especialmente a partir da bacteriologia e da microbiologia, pode-se observar que cuidados pontuais poderiam sanar certas doenças e evitar outras. Daí se configura, como destaca Boarini (2003, p. 36), “[...] as grandes cruzadas em prol da higiene: higiene escolar, higiene social, puericultura, higiene mental, educação física, educação sanitária etc.”

Embora os pensamentos sanitarista e higienista tenham uma forma bastante consolidada no Brasil desde pelo menos meados do século XIX, na primeira metade do século XX a eugenia se desenvolve no país abarcando ou cooptando as teses do higienismo e do sanitarismo, esse entrelaçamento acaba por dar substância a cada um deles. Como lembra Boarini (2003), no Brasil, o discurso higienista já está se desenvolvendo desde pelo menos as primeiras décadas do século XIX. O problema nunca foi necessariamente a defesa de melhorias, de ampliação da educação, de acesso à saúde, do combate às doenças, a questão se torna problemática quando se elege um grupo, com base em critérios racistas, para se dizer que são inferiores e devem ser, mesmo que supostamente educados e saudáveis, marginalizados. Ao lado do desenvolvimento em todo o campo científico, especialmente com as teorias evolucionistas, a eugenia acabou por colonizar muitos desses saberes.

No caso brasileiro a eugenia positiva se sobrepôs à eugenia negativa. Ainda assim, não obstante às disputas internas, a força do movimento eugênico no Brasil pode ser evidenciada, por exemplo, por meio das instituições e entidades eugenistas ou vinculadas a ela: Sociedade Paulista de Eugenia (1918), Liga de Defesa Nacional (1916), a Liga Pró-Saneamento do Brasil (1919) e a Liga Brasileira de Higiene Mental (1923). Em 1929 também foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Nomes importantes da literatura, da medicina e outras áreas faziam parte do movimento: Renato Kehl, Edgar Roquette-Pinto, Belisário Penna, Miguel Couto, Heitor Carrilho, Fernando de Azevedo, Monteiro Lobato, entre outros. Também foram criados periódicos: *Boletim de Eugenia*, *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, *Arquivos Paulistas de Higiene Mental*, *Boletim de Higiene Mental*.^{vii}

Pelo caráter profundamente complexo da formação brasileira, a eugenia acabou tomando contornos outros em relação à eugenia praticada tanto na Europa quanto nos Estados Unidos (Diwan, 2007; Souza, 2019; Hochman, Lima, Maio, 2010). As duas perspectivas disputavam a eficácia de qual seria capaz de europeizar o Brasil. Nesse sentido, a miscigenação e o embranquecimento da nação eram considerados como o caminho para o melhoramento da população brasileira (Stepan, 2005; Diwan, 2007). Os principais cientistas brasileiros estão, no início do século XX, particularmente vinculados à pesquisa eugênica, ao desenvolvimento dos saberes e práticas fundamentalmente associados a esse princípio. É somente a partir dessa perspectiva, menos radical e mais positiva, que as bases eugênicas no Brasil estiveram profundamente ligadas com os discursos de modernização, higienização, civilização e melhoramento da população (Diwan, 2007; Stepan, 2005; Souza, 2019). No Brasil, não é possível desvincular as chamadas medidas civilizatórias e modernizantes da eugenia, dado que essas ideias só começariam a serem enfraquecidas no debate público depois da derrocada nazista.

Deve-se acrescentar a esse conjunto de condições, que toda a forma de organização do pensamento também se encontrava alinhada a um controle efetivo da população^{viii} considerada degenerada. Nesse sentido, destaca Portocarrero:

O caráter social do conceito de hereditariedade faz o combate à mestiçagem aparecer sob uma roupagem de cientificidade. A mestiçagem será considerada negativa para a composição de uma sociedade civilizada em que os padrões do progresso não devem ser ameaçados pela geração de indivíduos suscetíveis de degeneração física e moral, consequência da união de raças diferentes, que ao se cruzarem os transmitem à descendência, formando raças mais fracas (Portocarrero, 2002, p. 53).

Considerando, como observamos, que a eugenia no Brasil se desenvolve de braços dados com o sanitarismo e com o higienismo, tem-se nessa nova ciência^{ix}, a partir do conceito de hereditariedade, do combate às supostas degenerações que poderiam acometer as pessoas, uma espécie de liberação para continuar a busca por esse pretenso melhoramento da raça por meio das medidas sanitárias e higiênicas que eram vistas não só como modernas, mas, também como um exemplo de progresso e combate à decadência. A finalidade seria a regeneração da nação.

Esse feito constituiu-se uma longa tradição segundo a qual era preciso civilizar a população para se produzir o melhoramento da raça e construir uma identidade para a nação. É sob essa perspectiva ambígua da raça e sua relação com a higiene que a eugenia se constitui no Brasil. No que diz respeito à raça, os eugenistas eram defensores dos movimentos migratórios brancos, pois consideravam que esses grupos afetavam positivamente a realidade brasileira. Como destaca Reis (2003, p. 187), não obstante diferenças entre os eugenistas, “[...] se algum consenso houve, foi em torno da crença racista do branqueamento da população”^x.

Os pensadores eugenistas estavam seguros de que o problema do Brasil era justamente a questão racial e que a solução era o embranquecimento da população, pois consideravam os brancos mais saudáveis e superiores. Esse movimento, como argumenta Souza (2019), ocorre no contexto de uma sociedade extremamente complexa desde a sua formação. Nessa formação social com os traços portugueses, indígenas e africanos escravizados, “[...] os intelectuais brasileiros entendiam que a eugenia poderia desempenhar um papel importante no processo de reforma da sociedade brasileira, o que lhes possibilitaria agir no sentido de retirar o país do apregoadado atraso racial e civilizacional” (Souza, 2019, p. 47). O progresso foi visto fundamentalmente pela ótica da purificação, do melhoramento e da regeneração raça, o que consistia basicamente em tentar embranquecer a população, em higienizá-la. Renato Kehl, por exemplo, defende copiosamente o processo de embranquecimento da nação brasileira:

Quando dissemos que não devemos facilitar ou fomentar certas imigrações, não nos referimos, absolutamente, a esta última [a nórdica] que Stoddard^{xi} considera “incapaz de se governar e de colaborar, efectivamente, na obra da civilização”. Referimo-nos, sim, às raças negra e asiática. Como já esclarecemos, somos contrários ao cruzamento da raça branca com a preta ou amarela, única e exclusivamente, por motivos eugênicos, sem outro qualquer motivo ou preconceito de superioridade ou inferioridade (Kehl, 2015, p. 284).

Com o passar dos anos, a questão racial foi atrelada à questão ambiental, tendo em vista, não mais diretamente a raça, e sim às condições de abandono das pessoas. “De uma interpretação puramente racial dos problemas sociais, médicos e intelectuais migraram, com o passar dos anos e com o sucesso da medicalização para uma interpretação sanitária” (Diwan, 2007, p. 102). O grande exemplo desse movimento é a maneira como Monteiro Lobato muda sua tese sobre o Jeca tatu, de uma noção puramente hereditária para a análise baseada nos caracteres adquiridos e na transformação do ambiente:

De inferior e inapto, o Jeca passou a vítima, a paciente esquecido por um governo omissivo e irresponsável. No entanto, essa interpretação é mais sofisticada e sutil do que parece. Lobato pertenceu ao grupo que posteriormente inocentou o Jeca Tatu, mas apesar dessa migração de pensamento, sanitaristas e eugenistas acreditavam que os caracteres indesejados, por exemplo, ligados a doenças ocasionadas pela falta de higiene, podiam ser transmitidos geração após geração (Diwan, 2007, p. 102).

Desloca-se de uma visão que colocaria a inferioridade no indivíduo, que não seria mais considerado um degenerado por si mesmo, para uma visão segundo a qual a degeneração ocorria porque o Estado havia abandonado a população.

Os intelectuais da campanha do saneamento rural aproximavam-se, assim, de uma tendência de crítica às teses de determinismo racial. Que se tornou mais visível com o debate sobre a afirmação da nacionalidade brasileira durante a Primeira Guerra Mundial. Influenciados pelas correntes de pensamento social do primeiro período republicano, não cumpriram apenas o papel de divulgadores de ideais preexistentes; trouxeram para o debate dois novos elementos: a ideia da doença como característica central do povo e a qualificação do isolamento do sertanejo, indicado por Euclides da Cunha, como um estado de abandono da população do interior pelos governos (Lima, Hochman, 1996, p. 27).

Observa-se que esse período eugenista no Brasil é muito complexo e carregado de nuances, de retornos, de contradições, entre elas uma ambivalência no próprio ideário sobre os chamados problemas nacionais, que transitou da condição biológica ao abandono dos povos que habitavam as regiões mais distantes das capitais.

Essa posição influenciaria sobremaneira uma série de reflexões sobre a eugenia no Brasil, tendo como foco uma condição contrária aquela que se desenvolveu nos Estados Unidos muito mais extremada, o que não quer dizer que no Brasil não havia ávidos defensores dessa linha. No Brasil um dos principais nomes da eugenia negativa é o de Renato Kehl, não por acaso o precursor dessas ideias em terras tupiniquins. De modo geral, Kehl foi, desde o início,

um representante da eugenia negativa, defensor de exame pré-nupcial, da esterilização e mesmo um admirador das medidas nazistas (Diwan, 2007; Silva, 2019).

Kehl foi o fundador da primeira sociedade de eugenia no Brasil, a Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918. O médico defendia desde seus primeiros contatos com a eugenia a necessidade de procurar cientificamente uma resposta aos supostos problemas brasileiros. Essa resposta para ele foi a eugenia negativa. Tanto que já nos primeiros movimentos de Kehl na Sociedade Eugênica de São Paulo os temas mais discutidos foram os mais controversos: “[...] a consanguinidade, casamento entre indivíduos da mesma família, doenças hereditárias, esterilização, internação compulsória, constituição racial da população brasileira, entre outros, que ganhavam reverberação [...]” (Góes, 2021, p. 129) nos jornais da época.

Sendo um dos mais, senão o mais importante divulgador da eugenia no Brasil, segundo Diwan (2007) a história de Kehl se confunde com o desenvolvimento do saber que ele era adepto. Toda sua obra está profundamente relacionada com a defesa e o desenvolvimento das teorias eugênicas no Brasil. Sua posição mais radical era destacada, por isso mesmo insistia em superar a relação entre eugenia e higienismo, tentando com frequência diferenciá-las.

É mister não confundir higiene com eugenia. Esta última ciência é mais exigente do que a primeira. Enquanto a higiene, como também a eutenia (saúde perfeita), têm por finalidades fazer com que as condições susceptíveis às influências do meio (fenotípicas) melhorem; a eugenia tem por objeto melhorar e corrigir as condições hereditárias (genotípicas), tanto dos indivíduos como das coletividades. De um modo figurado poderíamos dizer: a higiene cuida do corpo do indivíduo, enquanto a eugenia cuida, em especial, de suas células reprodutoras, isto é, de suas sementes. Ou, em outras palavras, a eugenia visa o plasma germinal, e a higiene, o seu suporte, o *soma* constituído pelas células corporais. Quem se preocupa, portanto, com o corpo, quem goza vida saudável, obedece a cuidados profiláticos e faz exercícios físicos, está se tratando higienicamente, não, porém, cuidando precipuamente das gerações futuras, principal fim visado pela Eugenia (Kehl, 1932, p. 80).

Como destaca Diwan, diferentemente da distinção realizada por Kehl, “Muitas vezes, os adeptos do eugenismo não faziam essa separação clara, e a posterior radicalização da eugenia brasileira denota do fato de a eugenia ser pensada por alguns somente sob seu aspecto positivo, ou seja, profilático” (Diwan, 2007, p. 126). Essa “confusão” destacada por Kehl sobre o que de fato seria a eugenia e sua recorrente defesa do que seria uma verdadeira eugenia, se vincula ao modo como ele se radicalizou por meio de contatos com os eugenistas mais puritanos dos Estados Unidos e, também, da Alemanha.

Em síntese, pode-se se dizer que a eugenia à brasileira se apresentava da seguinte maneira: dadas as inúmeras contradições com a própria construção racial do Brasil a eugenia negativa não teve muitos adeptos, embora a influência de Kehl fosse muito forte. Os médicos, sanitaristas, políticos e parte da intelectualidade brasileira se alinhava muito fortemente com um higienismo eugênico, pois, mesmo entendendo que certos grupos eram degenerados hereditariamente, supostamente se deslocava de um primeiro plano da raça e focava-se muito mais nas condições sociais e na ausência dos mecanismos civilizatórios que poderiam melhorar o país. De modo geral as pessoas ligadas ao campo da saúde, em especial os médicos, principalmente os inspirados e influenciados pelo “[...] viés eugênico acreditavam que as doenças e a pobreza teriam de ser solucionadas por meio de uma política ancorada nos preceitos da eugenia [...]” (Góes, 2021, p. 128), movimento que mesmo nos seus primórdios no país já se encontrava “[...] fortalecida pelo *status* de ciência para enfrentar a realidade da pobreza brasileira” (Góes, 2021, p. 128).

Eugenia e psiquiatria à brasileira

A interpretação degeneracionista será decisiva também para o campo psiquiátrico que, desde o tratado de Morel, o mais explícito resultado da degeneração seria a degeneração moral e mental das pessoas. Nos termos de Morel, essa formação de grupos degenerados estava associada fundamentalmente à herança e ao atavismo^{xii}. Já com Morel esses mecanismos de herança acabaram por impor um tipo de representação muito sistemática e influenciou a forma como a psiquiatria moderna se organizaria^{xiii}. De tal maneira, que no decorrer dos estudos psiquiátricos clássicos e modernos, especialmente no século XX, foi-se ampliando o tipo de abordagem, atrelando-se às questões do contexto social.

A teoria da degenerescência e o atavismo abrem o discurso da psiquiatria para um novo campo de pesquisa: os degenerados de toda espécie, mesmo não alienados, para os quais deve-se montar um amplo sistema social. A teoria psiquiátrica se alarga, lançando-se ao mesmo tempo no saber da medicina geral, devido a suas tendências organicistas, e no saber sociogenético, ao estabelecer novos fundamentos para a relação entre doença mental e sociedade (Portocarrero, 2002, p. 52).

Nesse contexto, uma das questões centrais foi pensar sobre a relação entre a degeneração e a loucura. É no interior dessas tensões, dessas disputas e contradições, que se pode observar relações entre a eugenia e a psiquiatria e o papel deles no combate aos chamados loucos,

alienados. Eis os principais psiquiatras, que, em maior e menor grau, se alinhavam às teorias eugenistas, na primeira metade do século XX, no Brasil: Gustavo Riedel, Ernani Lopes, Juliano Moreira, Pacheco e Silva, Alberto Farani, Ignácio Cunha Lopes, Henrique Roxo e Antônio Austregésilo.

Uma vez que principalmente a degeneração era acolhida pela maior parte dos psiquiatras, mais o campo se ampliava para novas hipóteses de diagnóstico. Nesse contexto de ampliação das formas de atuação do saber-poder psiquiátrico, se estabeleceram de maneira mais acentuada a partir de nomes como o de Emil Kraepelin, um dos principais nomes da psiquiatria do século XX, que ainda hoje inspira pesquisadores, sob uma suposta perspectiva geneticista e organicista para tentar explicar a loucura. Como destaca Caponi (2012) o trabalho de Emil Kraepelin pretende mostrar que a degeneração afeta também pequenos grupos acometidos por degenerações menos severas, logo, se ampliaria o número de diagnósticos. Desse modo, não somente os considerados doentes mentais, mas todo tipo de pessoas e grupos considerados anormais^{xiv}, também caíram na malha do poder psiquiátrico.

A ampliação da atuação psiquiátrica a partir de Kraepelin não significou maior capacidade de diagnosticar, ou mesmo, maior efetividade em aplicar os supostos elementos científicos. Ao contrário, o que está em questão é uma ampliação das condições morais para representar quem é ou não anormal. Com o organicismo de Kraepelin, a psiquiatria passou a se considerar um campo efetivamente biológico e orgânico no que diz respeito às causas e sintomas.

Com essa nova proposta, supostamente mais empírica, com novas categorias, a psiquiatria e os psiquiatras passaram a ter uma linguagem comum, uma linguagem criada com o intuito de ser universal para todos os sofrimentos mentais. Segundo Decker (2007) não se pode reduzir o empreendimento de Kraepelin somente a uma nova forma de linguagem para a psiquiatria. Embora essa tenha sido uma questão fundamental, deve-se entender que ele também foi portador de uma espécie de obsessão pelo experimento, o que o levou para uma fronteira além da linguagem da padronização em psiquiatria. “O legado kraepeliniano para a psiquiatria moderna inclui sua distinção entre demência precoce e a moderna doença maníaco-depressiva e a separação entre o saudável e o doente. No entanto, no final de sua vida Kraepelin regularmente dizia que não havia nada sobre sua nosologia, que poderia muito bem mudar no futuro^{xv}” (Decker, 2007, p. 340-341). Todavia, não se tratava de ciência, ou melhor, era uma forma de a ciência ser ajustada a certas posições morais, a certos condicionamentos políticos.

Nesse cenário, a eugenia continua a ser o elemento de base, especialmente a partir das contribuições das redes intelectuais que se estabelecem em todo o mundo.

Especialmente depois da Primeira Guerra Mundial, mesmo que ainda existisse um debate efervescente entre os defensores do determinismo biológico e os defensores de um certo protecionismo social, o ideário eugenista permanecia forte. Nesse contexto, a eugenia passou a ser um elemento que poderia ajudar a estruturar os Estados, tendo como base uma perspectiva de sociedade cuja premissa era de uma sociedade idealizada. “Em meio à política de guerra, eles passaram a prestar mais apoio aos médicos e eugenistas, fortalecendo a propaganda eugênica e a intervenção na esfera privada, em temas como casamento e as doenças venéreas. A eugenia entrava de vez na pauta da modernização dos Estados” (Muñoz, 2015, p. 133). Como destaca também Engel:

A década de 20 do século XX marcaria a ampliação e o aprofundamento da influência dos princípios eugênicos no âmbito da psiquiatria brasileira, que, sem romper com os referenciais organicistas, passaria a caracterizar-se, cada vez mais, pela presença de perspectivas preventistas. As novas diretrizes que norteariam o pensamento e a ação dos psiquiatras brasileiros implicariam redefinições dos meios de controle da doença mental levando, em última análise, a uma significativa ampliação dos campos de atuação/ intervenção do psiquiatra (Engel, 2001, p. 175)

É justamente no intuito de estabelecer esse procedimento normalizador que a relação entre a psiquiatria e a eugenia se mostrou tão fecundo para os seus signatários. Como demonstra Caponi (2012), mesmo que se tenha tentado uma explicação nosológica, tal aspecto sempre esteve vinculado aos elementos morais, isto é, ao tratamento moral. Daí resulta-se numa ampliação do alcance da psiquiatria.

A ampliação da teoria da degeneração às doenças mentais foi a estratégia discursiva que permitiu que os mais variados fatos e condutas pudessem ingressar no âmbito da psiquiatria. Podemos dizer que, a partir desse momento, começou a ser construído esse solo epistemológico que possibilitou a criação e a posterior consolidação de uma psiquiatria ampliada, que ainda hoje parece obcecada em classificar e patologizar os mais variados comportamentos (Caponi, 2012, p. 97).

Caponi (2012) destaca que a psiquiatria se utilizou da teoria da degeneração para ampliar e consolidar as de classificar e patologizar. Além disso, a partir dessa estratégia ela também estabeleceu uma forma científica de comunicar quais seriam os corpos, os comportamentos normais e anormais. Por mais que o campo psiquiátrico tenha procurado meios para se estabelecer como uma ciência médica que tem sua doença, não se desvinculou da

moralidade e do comportamento para combater a loucura. Em sentido semelhante, comenta Engel que: “As estratégias profiláticas de controle da doença mental [foram] difundidas, sobretudo, a partir dos anos 20 do século XX, sob a égide dos princípios eugênicos propalados pelos defensores de uma política de higiene mental[...]” (Engel, 2001, p. 309). Desse modo, tais princípios atendiam a objetivos: “de um lado, ampliar os mecanismos de identificação dos que deveriam ser imediatamente internados e, de outro, estender os tentáculos do poder do psiquiatra para muito além dos limites do mundo asilar, tal como sonharam os alienistas do século XIX” (Engel, 2001, p. 309). Mais do que isso:

Sob seu olhar perscrutador não estariam mais apenas os suspeitos de alienação ou os alienados considerados perigosos, conduzidos de um modo ou de outro para o interior do hospício. Situado nas fronteiras do mundo asilar, o serviço ambulatorial, assumindo feições de autêntico laboratório de observação, transformava os mais “inóxios” psicopatas em objeto de atentas investigações, em cobaias humanas utilizadas para viabilizar e sustentar pesquisas, cujo sentido e implicações políticas encontravam-se expressos em uma de suas finalidades básicas: conferir foros de verdade científica a pressupostos, a avaliações e a intenções altamente discriminadoras e excludentes (Engel, 2001, p. 309)

Foi justamente nesse contexto que foi criada a Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923, cujo primeiro presidente foi o psiquiatra Gustavo Riedel^{xvi}. A Liga era composta por eugenistas que cada vez mais ganhavam força e protagonismo, uma vez que as questões mentais eram um dos principais focos de combate dos eugenistas, desde suas origens. Entre os membros encontravam-se à época não apenas os intelectuais e cientistas, mas, também pessoas nos mais altos níveis do escalão governamental, além do próprio Presidente de República, como se pode observar na imagem a seguir:

Figura 1: Membros Honorários da Liga Brasileira de Higiene Mental



Fonte: Arquivo Brasileiro de Higiene Mental, 1925, V. 1, p. 229.

O estatuto da Liga foi apresentado no volume 1 do *Arquivo Brasileiro de Higiene Mental*, periódico da Liga. Nos dois primeiros artigos podem ser lidas 4 finalidades:

a) Prevenção das doenças nervosas e mentaes pela observância dos princípios de hygiene geral e especial do systema nervoso; b) proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentaes passíveis de internação; c) melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentaes em asylos públicos, particulares ou fora deles; d) realização de um programma de Hygiene Mental e de Eugenetica no do domínio das actividades individual, escolar, profissional e social (Estatutos da Liga Brasileira de Hygiene Mental, 1925, p. 223).

O artigo segundo traz os seguintes objetivos da Liga:

a) Atua junto aos poderes públicos federaes, estadoaes e municipaes, sugerindo medidas e obtendo realizações; b) propagar as moderas ideias sobre prophylaxia mental; c) estudar todos os problemas relativos à hygiene do systema nervoso; d) publicar periodicamente os seus trabalhos em revista por ella mantida; e) promover a realização de Congressos de Hygiene Mental e de Eugenetica; f) manter relações com associações nacionais e estrangeiras; instalar em sua sede social, um biblioteca relativa à hy[giene] mental e sciencias afins, franqueando-a a todos os interessados (Estatutos da Liga Brasileira de Hygiene Mental, 1925, p. 223-224).

A Liga Brasileira de Higiene Mental é uma das instituições mais consolidadas para a defesa da eugenia no Brasil, tendo como princípio básico o combate aos chamados desenredos mentais, com foco justamente em combater os grupos de anormais, os grupos considerados inferiores e, também, aqueles que supostamente não contribuía para o desenvolvimento da sociedade capitalista que se estabelecia. Como argumenta Jurandir Freire Costa (2007) a psiquiatria e a eugenia se desenvolveram no Brasil, efetivamente porque uma das premissas da eugenia era se livrar dos chamados débeis mentais. Neste trabalho pioneiro à época de sua publicação, Costa (2007) demonstra que para a LBHM seria preciso estabelecer uma série de critérios racistas e xenofóbicos para livrar o Brasil dos chamados venenos sociais, que seriam proliferados pelos pretos e pobres e acabariam desembocando sistematicamente nas chamadas doenças mentais. Nessa perspectiva a Liga era uma espécie também de propagandista: “Essas ideias são propugnadas pelos psiquiatras da Liga Brasileira de Higiene Mental, que tomaram o modelo conceitual organicista para fundamentar a proposta preventiva da psiquiatria do século XX” (Portocarrero, 2002, p. 53).

A Liga representava no Brasil essa relação intrínseca entre a eugenia, o higienismo e os psiquiatras mais influentes no campo social e político, de tal modo que, ainda em 1923, foi

reconhecida por Decreto Federal uma entidade de utilidade pública (Decreto 4.778, de 27/12/1923). Para os signatários da Liga havia somente uma proposta sobre como deveria agir a psiquiatria: ampliar seu campo de atuação para poder chegar a mais famílias e mais pessoas, logo ampliar os grupos os quais combater, dado que uma das justificativas da relação entre psiquiatria e eugenia no Brasil era a hereditariedade e “[...] a extraordinária preocupação de seus psiquiatras com os perigos que a doença mental e a ‘patologia’ dos pobres – crime, delinquência e prostituição – representavam para a sociedade” (Stepan, 2004, p. 343).

Mais enfático, Costa (2007, p.20) destaca que: “Todo corpo teórico da psiquiatria organicista caucionava as esperanças dos eugenistas”. Essa perspectiva se justificava no período por que o conjunto das chamadas doenças mentais era considerado fruto da hereditariedade. “Se a doença mental era transmitida hereditariamente, a única prevenção logicamente possível era o extermínio físico ou a esterilização sexual dos indivíduos doentes. O espaço teórico da época não permitia a formulação de outra ideia de prevenção que não fosse essa” (Costa, 2007, p.20). Além do mais, Costa (2007) não se omite de explicitar de que efetivamente se tratava para o campo psiquiátrico:

Não é difícil imaginar que, a partir daquele momento, transfiguraram-se as relações do psiquiatra com o seu saber. Não se tratava mais do saber sobre a doença mental. O psiquiatra tinha que dominar a loucura a qualquer preço. O louco era, por excelência, aquele que resistia à normalização. O louco representa – e era – a realidade que feria incomodamente a ilusão narcísica do psiquiatra. A psiquiatria tornou-se um campo de batalha e não de conhecimento. A loucura resistia à psiquiatria, que tentava domesticá-la por todos os meios (Costa, 2007, p. 23).

Por outro lado, a relação entre eugenia e psiquiatria se estabelecia, para além da preocupação racial em relação ao povo negro, pois também se buscava um certo aprimoramento dos brancos, que deveria ser feito por meio da propaganda das mais diversas por meio de formações. Era uma frente ampla a qual os eugenistas e psiquiatras queriam alcançar, não se limitando apenas aos espaços de encerramento dos loucos. Por isso a tentativa de atingir espaços não asilares, como as escolas, os meios profissionais e sociais, como um meio de tentar a prevenção, no sentido do discurso eugenista. Nesse sentido, Reis (1994) destaca ainda: “Particularmente em relação aos que se dedicavam à especialidade psiquiátrica, a preocupação com o tema do melhoramento racial se agravava [...]” (Reis, 1994, p. 61). Esse agravamento da percepção tinha como base a forte “[...] convicção existente de que a proporção de doentes mentais era mais alta entre as ‘estirpes inferiores’, o que, de todo modo, não seria problema se

o número de nascimentos entre as “camadas superiores” não estivesse em declínio em relação àquelas” (Reis, 1994, p. 61). Diante dessa convicção, sem base na realidade, os psiquiatras eugenistas entendiam: “A prosseguir assim, nenhuma dúvida: estava traçado o caminho para o ‘abastardamento mental’ da espécie humana” (Reis, 1994, p. 61).

Para a consolidação dessa relação, alguns nomes foram fundamentalmente importantes no caso brasileiro. Juliano Moreira e Nina Rodrigues^{xvii}, por exemplo, se mostraram como expoentes e defensores do combate à loucura como um elemento fundamental para a constituição de uma sociedade eugênica. No caso do primeiro, foi um dos principais interlocutores no Brasil do já mencionado Kraepelin, embora tenha se adaptado para a realidade dos brasileiros. O Brasil foi um campo aberto para o desenvolvimento de inúmeras posturas em defesa da eugenia como meio para “purificar” a população.

Como se pode observar, em função da estrutura social e da formação da população brasileira, a eugenia e a psiquiatria tinham como escopo justamente o combate aos loucos e boa parte desses loucos eram negros e pobres. Segundo esse imaginário a loucura e a pobreza estavam totalmente alinhadas, ou melhor, havia uma espécie de pertencimento de classe daqueles a quem a loucura acometia. Essa percepção dos psiquiatras era justificada por eles a partir da teoria da degeneração, que acabava por atribuir à loucura a denominação de patologia dos pobres e o consequente combate aos pobres e a busca incessante de que esses grupos não se reproduzissem. Nesse sentido, havia inúmeras formas de se conter esse crescimento.

Diante disso, observa-se que mesmo não se tendo oficialmente dispositivos e tecnologias que regulamentassem as práticas eugênicas mais radicais, ou que pelo menos se utilizasse dos meios oficiais para constituir uma espécie de sociedade de eugeniização radical por meio, por exemplo, do uso dos exames pré-nupciais, isso não nega a existência da defesa dessas ações como já mencionamos anteriormente. Esses movimentos foram sendo realizados por meio de um discurso supostamente mais ameno, com base na chamada eugenia positiva, neolamarckista, que possuem como pressuposto uma posição de melhoramento do povo por meio educação, do suposto cuidado com a higiene e com as condições sanitárias. Contudo, esse discurso era mesmo mais ameno? As práticas propostas eram menos violentas? Seria mesmo uma eugenia positiva, mais “suave”?,

[...] o que se verificou foram às práticas de eugenia negativa, considerando a quantidade de pessoas que foram empurradas aos manicômios, a segregação dos grupos sociais nos bairros distantes das regiões centrais, onde se concentravam as

melhores condições de vida, desde saneamento básico, acesso à educação e outras políticas e etc. Estes são os traços que se devem conceber como ações eugênicas à brasileira (Góes, 2021, p. 142).

É no interior dessas relações políticas e científicas que o ideário eugenista se estabeleceu no Brasil como sendo aquele capaz de incentivar e promover ações para construir um pretenso projeto de melhoramento da população, seja pelo viés da força, seja ainda por meios culturais, como pela educação. Como destaca o historiador Aguilar Filho (2011)

A “eugenia” como instrumento “higienizador” da sociedade revelou-se estratégia poderosa na manutenção de um status quo ameaçado. A República de diferentes cidadanias, com diferentes graus de cerceamentos seria garantida pelo “aprimoramento das raças”, pela implantação de leis e repressões voltadas à regulação comportamental e pela construção de uma “consciência eugênica e higiênica”. (Aguilar Filho, 2011, p. 29).

Aguilar Filho destaca que a eugenia, como instrumento de higienização e pretensa purificação da sociedade, servia também como um dispositivo para manter e reestruturar o *status quo*, ou seja, para manter e reproduzir as formas de dominação e exclusão daquela sociedade. A eugenia, contudo, faria isso a partir de uma perspectiva, à época, considerada científica.

É nesse contexto complexo e ambíguo que as instituições psiquiátricas seguiram o caminho da institucionalização e de espaço público para a efetivação da psiquiatria como saber médico, higienizador e eugênico, com autoridade de dizer quem devia ou não ser institucionalizado, internado. É, portanto, como resultado desse processo de difusão do ideal de higiene mental, que entre 1937 e 1940 é realizado um estudo pelo SNDM – Serviço Nacional de Doença Mental que viabilizará, a partir da década de 1940, uma série de investimentos com finalidade de construir um conjunto de hospitais psiquiátricos pelo Brasil. Segundo Braga e Venâncio (2017), a partir da Seção de Cooperação do SNDM começou a existir uma política de maior ampliação da gestão, nos seguintes itens: “Elaboração de pesquisas e investigações sobre a incidência e a profilaxia das doenças mentais; divulgação de novas aquisições científicas; apoio os órgãos de divulgação de higiene mental; organização dos Ambulatórios de Higiene Mental (AHM) em todo o Brasil” (Braga, Venâncio, 2017, p. 91). Os autores destacam ainda que esse processo de modernização da assistência psiquiátrica não superou integralmente as instituições, condutoras da psiquiatria nas décadas anteriores. De tal modo, que uma das

preocupações centrais foi a manutenção e ampliação “[...] da difusão de prática consideradas de higiene, graças à atenção nos ambulatórios [...]” (Braga, Venâncio, 2017, p. 91).

Nesse aspecto, é preciso considerar que é na esteira do combate às chamadas degenerações e da hereditariedade que os espaços para internação e interdição passaram a ser construídos, seja na esteira do próprio surgimento do asilo psiquiátrico nos seus primórdios, seja no planejamento e construção de manicômios pelo Brasil, observando-se, é claro, a decalagem temporal. Observe-se o trecho a seguir de um artigo de 1933 contido nos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, do Psiquiatra Ernani Lopes, sob o título *A alta tardia de Heredo-Psychopathas por motivo de ordem eugênica: subsídio para a nossa lei de assistência a psychopathas*, que traz a seguinte observação sobre a questão do internamento:

[...] acreditamos devam os empreendimentos da eugenia restrictiva, no terro psychiatrico, ser iniciados pelas instituições já existentes, como as Colonias de Psychopathas, por exemplo, onde já existam não pouco oligofrênicos, de hábitos mansos, sempre na imminencia, pois, de conseguir que, inadvertidamente, os mandemos “para a rua), com alta, ou com licença. São esses doentes, sobretudo, que julgamos cumpriria reter nas Colonias (ou em outros hospitais) pelo menos durante o período em que possuísem aptidão procreadora. Para fazer face às despesas com seu sustento, trabalhariam elles nos serviços de praxitherapia, que por tantos motivos há interesse em ampliar cada vez mais nos manicômios. Fica, assim, em traços geraes, delineada a maneira de praticabilizar a segregação eugênica (Lopes, 1933, p. 283).

Destacando a importância de não se dar alta médica ou de protelá-la ao máximo, o autor utiliza-se da teoria da degenerescência para justificar o enclausuramento, mesmo das pessoas que já estivessem aptas. Ao acionar o dispositivo da sexualidade, com a noção de ‘aptidão procriadora’, o psiquiatra Ernane Lopes toca no cerne da questão, ao dizer que é preciso manter internadas pessoas com essas características para que não possam ter filhos e transmitir seus traços de degeneração.

Alguns anos mais tarde, como resultado desse processo de difusão do ideal de higiene mental e eugenia, entre 1937 e 1940 é realizado um estudo pelo SNDM que viabilizará, a partir da década de 1940. Na liderança desses processos estava o psiquiatra Aduino Junqueira Botelho que além de ser, senão o idealizador, foi quem teve o estofado para fazer desse projeto uma política de Estado, de tal modo que seu nome aparecerá no pórtico de cinco instituições. Em um texto de 1944, nos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* o psiquiatra faz uma argumentação sobre um certo abandono das questões psíquicas no contexto da modernização mundial. Posteriormente, ele argumenta que a Liga e seus signatários têm sido vanguarda no Brasil

quanto a essa questão: “No Brasil, de Gustavo Riedel e Henrique Roxo, a campanha pela Higiene Mental, desamparada por muitos é mantida por luta que não se abate, luta com paciência e com idealismo na praça forte de nossa Liga e de outros que aparecem pelos Estados da Federação” (Botelho, 1944, p. 18). Na parte final destaca ainda o papel do Serviço Nacional de Doenças Mentais e da criação de novas instituições mentais e o projeto de expansão das instituições psiquiátricas pelos Brasil, entre elas, como veremos, as instituições cujo nome Aduino Botelho estava cravado no pórtico:

Visando sobretudo a higiene mental o Serviço Nacional de Doenças Mentais vem criando ambulatórios especializados para os quais fornece técnicos, medicamentos e aparelhagem necessária, nos Estados de Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Mato Grosso, sem contar os que funcionam na capital da República e os que aí serão criados no ano vindouro (Botelho, 1944, p. 23).

Aduino Botelho destaca ainda o papel da chamada Seção de Cooperação na organização de atividades, de material de propaganda e divulgação da busca pela higiene mental por todo o território nacional. Finaliza o texto com o seguinte parágrafo: “Verifica-se pois que a causa que abraçamos com denodo na Liga Brasileira de Higiene Mental, já pode contar com elementos oficiais de combate para esta luta que será árdua e demorada e que, porém, será sempre vitoriosa” (Botelho, 1944, p. 24). Mais tarde, em 1947, um outro texto, mostra que a preocupação com degeneração e com a higiene mental se ampliava para além do internamento do considerados inaptos. Como que retomando as discussões da década de 1930 sobre a imigração no Brasil, observa-se que a psiquiatria procurava outras formas de atuar, ampliando seu campo. A conferência de Maurício de Medeiros, intitulada, *O problema da Imigração*, na edição nº1 de 1947, nos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, destaca a importância da psiquiatria, para ele, de se efetivar um controle sobre quem chegava ao país.

Aqui no país, a Hospedaria de Imigrantes e organizações similares nos Estados deveriam constituir postos de observação médico-psiquiátrica de todos os imigrantes aos quais essa medida se torna necessária impor. Um trabalho coordenado conseguiria nesse sentido chegar a resultados práticos e apreciáveis. Alberto Torres disse certa vez: “uma nação moderna é uma obra d’arte de política”. Nós psiquiatras temos o dever de advertir o governo sobre os riscos que corre a coletividade com uma política imigratória feita sem os cuidados da eugenia mental. A grande obra d’arte que estamos construindo, e que é o Brasil futuro – se acha seriamente ameaçada na sua beleza mais impressionante que é o elemento humano – por êsse contínuo afluxo de tarados e desajustados! (Medeiros, 1947, p. 50).

Está em cena justamente a maneira como os psiquiatras-eugenistas pensavam como deveria o Estado agir em relação aos grupos que tornariam decadentes a população brasileira. Observe-se que há uma predefinição segundo a qual imigrantes já trariam consigo as taras e os desajustamentos que, se não fossem combatidos, passariam hereditariamente suas degenerações para os filhos e para a população brasileira. Seria preciso conter esse afluxo e escolher quem poderia se situar no país. Logo, se levaria a cabo o projeto dos psiquiatras e eugenistas que criar as condições para forjar uma sociedade higienizadas mentalmente.

Considerações finais

Em determinados momentos da complexa relação entre a eugenia e o higienismo, no território brasileiro, não era incomum os termos se tornarem sinônimos, ainda que do ponto de vista dos signatários da eugenia fosse necessária uma revisão conceitual, a fim de que se expressasse uma forma de eugenia ainda mais próxima da europeia. Não obstante esse desejo dos eugenistas mais radicais, a eugenia no Brasil se confundia com higienismo.

Um dos campos em que essa relação mais se expressou foi na psiquiatria, pois, como vimos, a noção de higiene mental era a marca da ordem psiquiátrica nacional, tendo como instrumento estratégico a principal sociedade eugênica brasileira na primeira metade do século XX, a Liga Brasileira de Higiene Mental, que era uma entidade que continha no seu regulamento a defesa aberta de práticas e ideais eugênicos no campo psiquiátrico. Eram signatários dessa entidade os mais ilustres psiquiatras do período, de todas as regiões do Brasil.

Em ambas as frentes, ou mesmo na relação entre eugenia e higienismo, uma noção parecia ser unanime, era preciso combater a degeneração física e a degeneração mental de certos grupos sociais. Essa era uma premissa básica para a difusão de um ideário psiquiátrico que queria para si primeiro o lugar no discurso médico e também um lugar como campo capaz de interferir na sociedade, com práticas preventivas, de segregação e higienização. Por meio do Serviço Nacional de Higiene Mental esse ideal começou a se consolidar, principalmente com a construção de uma rede de instituições psiquiátricas pelo Brasil, que tinha como objetivo a higiene mental do país, que naquele momento no Brasil, ainda estava atrelada ao forte discurso eugenista que, embora tenha sido eufemizado, ainda se fazia presente nos discursos e no ideário dos principais psiquiatras brasileiros.

Referências

AGUILAR FILHO, Sidney. **Educação, autoritarismo e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2011.

BOARINI, Maria Lúcia. Higienismo, Eugenia e a naturalização do social. In.: BOARINI, Maria Lúcia (org). **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003.

BOTELHO, Adauto Junqueira. Considerações sobre higiene mental. In: **Arquivos Brasileiros de Higiene Mental**. Rio de Janeiro, 1944.

BRAGA, André Luiz de Carvalho; VENANCIO, Ana Teresa A. La asistencia psiquiátrica en el contexto brasileño: ideas y prácticas frente a proyectos de desarrollo nacional (1937-1978). In: HUERTAS, Rafael (Coord.). **Políticas de salud mental y cambio social en América Latina**. Madri: Catarata, 2017. p. 83-117.

BRASIL. DECRETO Nº 4.778, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1923. Considera de utilidade publica a Liga Brasileira de Hygiene Mental, com séde nesta Capital. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4778-27-dezembro-1923-568642-publicacaooriginal-91995-pl.html> . Acesso em 01 set 2025.

CAPONI, Sandra. **Loucos e Degenerados**: uma genealogia da psiquiatria ampliada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CRULS, Luiz. **Relatório Cruls**: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

DECKER, Hannah S.. How Kraepelinian was Kraepelin? How Kraepelinian are the neoKraepelinians? - from Emil Kraepelin to DSM-III. **History of Psychiatry**, 2007, v.18, n. 3, p. 337-360. Disponível em: <https://hal.science/hal-00570896/document> . Acesso em: 23 set. 2023.

DIWAN, Pietra. **Entre Dédalo e Ícaro**: cosmismo, eugenia e genética na invenção do transhumanismo norte-americano (1939-2009). Tese de Doutorado Pontifica universidade Católica de são Paulo, São Paulo, 2020.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão**: Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ESTATUTOS da Liga Brasileira de Higiene Mental. *In: Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Rio de Janeiro, 1925. Disponível em: <https://cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental-abhm/ano-1-numero-1-1925.pdf>. Acesso em 01 set 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo; Martins Fontes, 2010.

FRANCO, Fábio Luís Ferreira Nóbrega. **Da biopolítica à necrogovernamentalidade: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil**. Tese de doutorado Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

GOÉS, Weber Lopes. A Eugenia entre os séculos XX e XXI: uma discussão necessária. *In.: Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 43, nº 94, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/brjxq5RqqBvyHtZ5bzfcqyt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. de 2025.

GOÉS, Weber Lopes. **Segregação e Extermínio: o eugenismo revisitado na capital de São Paulo (2004-2017)**. Tese de Doutorado Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, 2021.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade; MAIO, Marcos Chor. The Path of Eugenics in Brazil. *In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa (Eds.): The Handbook of the History of Eugenics*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

KEHL, Renato. Política eugênica. *In: HOCHMAN, Gilberto & LIMA, Nísia Trindade. (orgs). Médicos intérpretes do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2015.

KEHL, Renato. A eugenia na prática individual. *In: Boletim de Eugenia – Revista trimestral de divulgação e propaganda da Eugenia no Brasil*. Piracicaba, SP: Oficinas de Obras do Jornal Piracicaba, 1932. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1pV9ttQ12mv1m1jN_xebDLYisSxRrMEMc/view. Acesso em: 02 nov. 2024.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil redescoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República. *In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

LOPES, Ernane. A alta tardia de Heredo-Psychopathas por motivo de ordem eugênica: subsídio para a nossa lei de assistência a psychopathas. *In: Arquivos Brasileiro de Higiene Mental*. Rio de Janeiro, 1933, pp. 277-289. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=160369&id=3940908712274&pagfis=1681>. Acesso em: 08 out. 2025.

MEDEIROS, Mauricio de. O Problema da Imigração. *In: Arquivos Brasileiro de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, 1947, pp. 34-50. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=160369&id=3940908712274&pagfis=3240>. Acesso em: 08 out. 2025.

MEMBROS Honorários da Liga Brasileira de Higiene Mental. *In: Arquivos Brasileiro de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, 1925. Disponível em: <https://cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental-abhm/ano-1-numero-1-1925.pdf>. Acesso em 01 set 2025.

MUÑOZ, Pedro Felipe Neves de. **À luz do biológico**: psiquiatria, neurologia e eugenia nas relações Brasil-Alemanha (1900-1942). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria: Gustavo Kohler Riedel (1887-1934). *In: Psychiatria online Brasil*. V. 13. 2008. Disponível em: <https://www.polbr.med.br/ano08/wal0208.php>. Acesso em: 30 ago 2025.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: FioCruz, 2002.

REGGIANI, Andres Horacio. **Historia minima de la eugenesia en America Latina**. Ciudad de Mexico: El Colegio de Mexico, 2019.

SANTOS, Ronivaldo Oliveira Rego. **De palácio a pocilga**: uma história do Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho de Goiânia (1954-1997). 2025. 328 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2025.

SANTOS, Ronivaldo Oliveira Rego. **História da loucura**: o projeto do manicômio Adauto Botelho de Goiânia (1930-1950). São Paulo: Fonte Editorial, 2020.

REIS, José Roberto Franco. Degenerando em Barbárie: a hora e a vez do eugenismo radical. *In: Maria Lúcia Boarini. (Org.). Higiene e Raça como projetos*: higienismo e eugenismo no Brasil. 1. ed. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá - EDUEM, 2003, p. 185-216.

REIS, José Roberto Franco. **Higiene mental e eugenia**: o projeto de 'Regeneração Nacional' da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930). Dissertação de mestrado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1994.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil**: ciência, raça e nação no entre-guerras. Guarapuava: Editora UniCentro, 2019.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2005.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In. HOCHMAN, G e ARMUS, D. (orgs.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2004.

STERN, Alexandra. **Eugenic nation: faults and frontiers of better breeding in Modern America**. 2.ed. Oakland: University of California Press, 2016.

TYDÉN, Mattias The Scandinavian States: Reformed Eugenics applied. In: Bashford, Alison; Levine, Philippa (Eds.). **The Handbook of the History of Eugenics**. Oxford: Oxford University Press, 2010. p.363-376.

NOTAS

ⁱ Este texto inicialmente é um recorte da minha tese de doutorado, defendida no PPGH – Universidade Federal de Goiás, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva. Para esta versão foram realizados ajustes, recortes e acréscimos. O texto também resulta de uma trajetória no interior do LA FOLIE – Grupo de pesquisar e estudos em história da loucura, com o apoio do prof. Dr. Eduardo Sugizaki (PUC-GO).

ⁱⁱ A viagem promovida pela *Comissão Cruls* é uma entre outras tantas que foram desenvolvidas no Brasil. Especificamente sobre essa expedição, ela ocorreu a partir do ano de 1892 até 1893, no final do século XIX. Sua missão foi mapear e descrever o Planalto Central do Brasil. O relatório oriundo dessa expedição ainda é considerado um documento pioneiro.

ⁱⁱⁱ A *Marcha para o Oeste* é o movimento que dá origem tanto a Goiânia quanto à Brasília. Tendo como um dos precursores o presidente Getúlio Vargas, as ideias da *Marcha* eram justamente levar civilização, modernidade e progresso para o país. Como argumentou Rego Santos (2020, p. 138): “O marco nacional desse projeto dito civilizador e expansionista, foi a chamada *Marcha para o Oeste*, iniciada a partir da instalação do Estado Novo, em 1937. Sua pretensão era abrir o Brasil e civilizar o interior, supostamente, ainda selvagem. Se a sociedade estava em processo de modernização, o homem não poderia ficar para trás, devendo-se ‘melhorar’ quem possibilitaria o desenvolvimento social e econômico do país”.

^{iv} Deve-se observar aqui que não estamos advogando ou ratificando que a genética mendeliana e mesmo o neolamarckismo fossem matrizes da eugenia. O que estamos fazendo aqui é justamente apontando como os signatários da eugenia faziam uso dessas teorias para justificarem as suas ideias.

^v Para uma leitura mais geral desse processo ver: Tydén (2010).

^{vi} Essa posição da eugenia brasileira foi muito inspirada, como já destacamos na introdução, pelas viagens médicas desenvolvidas pelo interior do Brasil. Entre essas viagens podem ser destacadas as seguintes: LUTZ, Adolpho; MACHADO, Astrogildo. *Viajem pelo rio S. Francisco e por alguns dos seus afluentes entre Pirapora e Joazeiro*. Mem. Inst. Oswaldo Cruz, 7(1): 5-50, 1915; LUTZ, Adolpho; PENNA, Oswino Alvares. *Estudos sobre a schistosomatose, feitos no Norte do Brasil, por uma comissão do Instituto Oswaldo Cruz: relatório e notas de viagem*. Mem. Inst. Oswaldo Cruz, 10(1):83-94, 1918. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=289>.

^{vii} Para acessar os arquivos e obter maiores informações deve-se destacar o importante trabalho desenvolvido no GEPHE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Higiene Mental e Eugenia, da Universidade Estadual do Maringá. No site do grupo pode-se acessar um grande número de arquivos: <https://cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe>.

^{viii} A noção de governo da população tem como base aqui os trabalhos de Michel Foucault. É importante demarcar um movimento segundo o qual as formas de controle que estavam centradas nos indivíduos (anatomo- política dos corpos) se passou para o controle e domínios de grupos e de populações (biopolítica). Ver Foucault (1987, 2008) bem como a síntese de como se desenvolve o conceito de biopolítica em Franco (2018); Rego Santos (2025).

^{ix} Não obstante as possibilidades de interpretação sobre o que é ou não ciência, estamos utilizando aqui a percepção do período, isto é, no contexto dessas primeiras décadas do século XX, a eugenia era considerada pela maior parte

dos mais eminentes cientistas mundiais como uma ciência. Recebendo, inclusive, investimentos estatais para as pesquisas, como foi o caso do já mencionado laboratório *Cold Spring Harbor*, nos Estados Unidos.

^x Stepan argumenta no mesmo sentido: “Os poucos negros e índios puros remanescentes estavam desaparecendo, argumentavam os pensadores sociais, porque a seleção, tanto natural quanto social, trabalhava contra os tipos inferiores e porque as altas taxas mortalidade e a baixa reprodução entre eles diminuíram sua participação na população. Enquanto isso, os imigrantes brancos eram vistos como meios próprios para aumentar rapidamente a proporção de brancos, ao passo que os cruzamentos entre os mulatos e brancos e do fato de que muitos mulatos preferiam parceiros mais brancos que eles mesmos” (Stepan, 2005, p. 166).

^{xi} Lotroph Stoddard (1883-1950), eugenista e historiador estadunidense, foi um dos principais defensores da lei anti-imigração nos Estados Unidos. Um dos maiores defensores do racismo científico.

^{xii} O atavismo é, como argumenta Reggiani (2019), uma espécie de herança que não seria passada diretamente para os descendentes, e sim poderia aparecer caracteres em duas ou três gerações. “Si los seres humanos, independientemente de su raza o cultura, eran todos descendientes de los simios, cabía entonces la posibilidad de que algunas características físicas o mentales de estadios evolutivos anteriores pudieran legarse a generaciones posteriores y reaparecer en descendientes modernos y civilizados. Los biólogos del siglo xix llamaron a este fenómeno “atavismo” (del latín, atavus, “antepasado remoto”) y aunque sabían que sus manifestaciones más extremas eran algo excesivamente raro, subsistía la duda de qué ocurriría si ciertas condiciones específicas hicieran aflorar esos rasgos “perdidos” que se mantenían latentes en lo más profundo del individuo, sin que éste ni nadie pudieran anticiparlos” (Reggiani, 2019, p. 62). Essa teoria foi utilizada, por exemplo, por Cesare Lombroso, criminologista italiano que fez dessa possibilidade o elemento fundamental para sustentar sua teoria criminológica. “El médico italiano estaba convencido de que el criminal era el salvaje atávico de la civilización moderna, y para demostrarlo se valió de la población ‘cautiva’ de las cárceles, manicomios y guarniciones militares a la cual los expertos médicos utilizaban para sus investigaciones” (Reggiani, 2019, p. 63).

^{xiii} Como argumenta Foucault (2019) a psiquiatria moderna se organizaria em torno de conceitos, de ações humanas, embora representasse essa construção como a descoberta de coisas da natureza, isto é, como se os psiquiatras tivessem descoberto a natureza orgânica da loucura.

^{xiv} Segundo Foucault (2010) os anormais são um grande grupo que surgiu no final do século XIX, no interior de uma série de transformações no campo psiquiátrico: “A grande família indefinida e confusa dos ‘anormais’, que amedrontará o fim do século XIX, não assinala apenas uma fase de incerteza ou um episódio um tanto infeliz na história da psicopatologia; ela foi formada pela correlação com um conjunto de instituições de controle, toda uma série de mecanismos de vigilância e de distribuição; e quando tiver sido quase inteiramente coberta pela categoria de ‘degeneração’, dará lugar a elucubrações teóricas ridículas, mas com efeitos duradouramente reais” (Foucault, 2010, p. 285).

^{xv} No original: “The Kraepelinian legacy to modern psychiatry included his distinction between dementia praecox to modern manic-depressive illness and the separation of the healthy and ill. However, towards the end of his life he regularly said there was nothing about his nosology, witch might very well change in the future” (Decker, 2007, p. 340-341).

^{xvi} Segundo Piccini (2008): “Gustavo Riedel era gaúcho, natural de Porto Alegre. Seu pai, Dr. Henrique Riedel, era dentista e professor da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre. Sua mãe se chamava Hermínia Kohler. O pai dela, Sr. Hermínio Kohler, era pessoa de posses e muito facilitou a vida do neto que não teve que enfrentar as agruras de ser um estudante pobre. Desde pequeno se mostrava um estudante esforçado e inteligente. Entrou para a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e lá fez os quatro primeiros anos. Com o patrocínio do avô, em fevereiro de 1907, resolveu ir para o Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos de Medicina”. Entre os seus principais feitos estão: Em 1925 criou o Laboratório de Pesquisas Psicológicas e convidou o Dr. Waclaw Radeki para dirigi-lo. Em março de 1925 é publicado o número I dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, Órgão Oficial da Liga Brasileira de Higiene Mental, presidida por Gustavo Riedel”

^{xvii} Um dos elementos fundamentais era justamente combater os grupos de anormais, os grupos considerados inferiores e, também, aqueles que supostamente não contribuíam para o desenvolvimento da sociedade capitalista que se estabelecia. Para a consolidação dessa relação, alguns nomes foram fundamentalmente importantes no caso brasileiro. Juliano Moreira e Nina Rodrigues, por exemplo, se mostraram como expoentes e defensores do combate à loucura como um elemento fundamental para a constituição de uma sociedade eugênica. No caso do primeiro, foi um dos principais interlocutores no Brasil do já mencionado Kraepelin, embora tenha se adaptado para a realidade dos brasileiros. O Brasil foi um campo aberto para o desenvolvimento de inúmeras posturas em defesa da eugenia como meio para “purificar” a população.